



ISSN 1981 - 3031

O PLANEJAMENTO ESCOLAR NO COMBATE À EVASÃO NO ENSINO NOTURNO: UM ESTUDO A PARTIR DA REALIDADE DO MUNICÍPIO DE TEOTÔNIO VILELA- AL

Alda Maria da Silva – UFAL
Fernando Silvio Cavalcante Pimentel – UFAL

Resumo: Ao longo da história, uma modalidade de ensino seria esquecida pelos órgãos governamentais e assim sendo, seria posta à margem da sociedade. Este artigo destaca os motivos pelos quais ocorre, a cada ano, um alto índice de evasão no ensino noturno da Educação de Jovens e Adultos que dificulta a permanência do aluno na escola. Para alguns estudiosos o índice de evasão escolar é explicado como uma falta de capacidade da escola de constituir um universo escolar socializado, participativo e interativo, pelo contrário, o modelo educativo escolar é seletivo e fragmentário nas atividades educativas. Sendo um estudo de caso realizado no Município de Teotônio Vilela, Alagoas, a pesquisa parte dessas idéias, questionando a relevância do planejamento como item que pode contribuir para redução da evasão escolar, procurando através de um estudo específico solucionar esse problema tão presente e que nos aflige a cada ano letivo.

Palavras-chave: evasão, planejamento, EJA

1. Introdução

Nos últimos anos os debates sobre o construtivismo têm fomentado discussões e reflexões sobre o sistema educacional como um todas as análises apontam para a necessidade de utilizar uma metodologia eficaz que esteja diretamente ligada às necessidades do aluno, fazendo com que seja oferecido uma educação realmente de qualidade que consiga obter resultados favoráveis. Mas para que isso aconteça é necessário que seja realizada algumas alterações principalmente no calendário escolar, que na maioria das vezes é construído

totalmente desvinculado com a realidade do aluno, dificultando e muito o processo de ensino-aprendizagem e a progressão desse discente em estudos posteriores, e os principais afetados aqui são aqueles que freqüentam os cursos noturnos, que na maioria das vezes trabalham o dia inteiro e a noite já cansados vão para escola, esse quadro piora ainda quando chegamos na época de moagem (setembro a fevereiro) pois em uma região canavieira, na época de moagem a evasão é quase sempre devastadora, as classes ficam vazias e os alunos prejudicados, pois todos os anos ficam retidos na mesma série sem condições de prosseguir em seus estudos.

Acredita-se que, havendo um planejamento mais aprofundado da situação e um olhar mais atencioso ao calendário escolar, diminuir-se-ia e muito a quantidade de alunos retidos, a distorção idade-série e a qualidade de ensino num todo.

A escola deve criar um ambiente acolhedor e interativo, dar oportunidades para que o aluno possa buscar as soluções mais adequadas para suas dificuldades, propiciando uma aprendizagem realmente qualitativa.

Em síntese, discutir a questão do fracasso escolar é muito mais do que apontar um ou outro responsável. Como bem lembra Charlot (2000, p.86), a problemática remete para muitos debates que tratam

sobre o aprendizado, obviamente, mas também sobre a eficácia dos docentes, sobre o serviço público, sobre a igualdade das "chances", sobre os recursos que o país deve investir em seu sistema educativo, sobre a "crise", sobre os modos de vida e o trabalho na sociedade de amanhã, sobre as formas de cidadania.

Até mesmo porque para a autora não existe o fracasso escolar. Ou seja, não existe o objeto fracasso escolar, mas sim, alunos em situações de fracasso, alunos que não conseguem aprender o que se quer que eles aprendam que não constroem certos conhecimentos ou competências, que naufragam e reagem com condutas de retração, desordem e agressão, enfim histórias escolares não bem sucedidas, e são essas situações e essas histórias denominadas pelos educadores e pela mídia de fracasso escolar é que devem ser estudadas, analisadas, e não algum objeto misterioso, ou algum vírus resistente, chamado "fracasso escolar", pois a evasão na

maioria das vezes é a exclusão por parte da escola sobre aqueles alunos que não conseguiram se adequar da melhor forma as regras e métodos da escola.

2. Planejamento Escolar

O ato de planejar é sempre um processo de reflexão, de tomada de decisões sobre ações a serem desenvolvidas, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações (PADILHA, 2001, p. 30). No dia-a-dia, sempre se enfrenta situações que necessitam de planejamento, mas nem sempre as atividades diárias são delineadas em etapas concretas da ação, uma vez que já pertencem ao contexto de nossa rotina. Entretanto, para a realização de atividades que não estão inseridas no cotidiano, são usados os processos racionais para alcançar o que se deseja. As idéias que envolvem o planejamento são amplamente discutidas nos dias atuais, mas um dos complicadores para o exercício da prática de planejar parece ser a compreensão de conceitos e o uso adequado dos mesmos.

Como aponta Gandin (1994,p.45)

é impossível enumerar todos tipos e níveis de planejamento necessários à atividade humana. Sobretudo porque, sendo a pessoa humana condenada, por sua racionalidade, a realizar algum tipo de planejamento, está sempre ensaiando processos de transformar suas idéias em realidade.

Planejar é uma atividade que está dentro da educação, visto que esta tem como características básicas: evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação.

O debate sobre o processo de planejamento participativo da unidade escolar ganhou importância entre os teóricos que postulam a descentralização do sistema educacional como um caminho para a democratização da gestão da educação e a conseqüente melhoria da qualidade do ensino. Entender o significado da escola e suas relações no sistema educacional, bem como com a sociedade, tornou-se uma exigência imprescindível para garantir um planejamento realmente participativo.

Longe de serem um reflexo da vida da comunidade, "as escolas têm uma atividade criadora própria, que faz de cada uma delas um grupo diferente dos demais" (CÂNDIDO, 1987,p.37)

Nesse sentido a realidade de cada escola deve ser pensada e planejada segundo as suas características específicas. A partir daí, dessa expressão local, tomam forma internamente as correlações de forças, as formas de relação predominantes, as prioridades administrativas, as condições trabalhistas, as tradições docentes, que constituem a trama real em que se realiza a educação. É uma trama em permanente construção que articula histórias locais – pessoais e coletivas, diante das quais a vontade estatal abstrata pode ser assumida ou ignorada, mascarada ou recriada, em particular abrindo espaços variáveis a uma maior ou menor possibilidade hegemônica. (EZPELETA E ROCKEWELL, 1986, p. 11-12).

Apesar da especificidade de sua realidade, a escola possui vínculos institucionais com um determinado sistema escolar, ou seja, sua autonomia deve ser entendida de forma relacional, dentro de um contexto de "interdependências". Segundo Barroso (1998, p.47) a autonomia é um

conceito que exprime sempre um certo grau de relatividade: somos mais ou menos autônomos podemos ser autônomos em relação a umas coisas e não ser em relação a outras. A autonomia é, por isso, uma maneira de gerir, orientar, as diversas dependências em que os indivíduos e os grupos se encontram no seu meio biológico ou social, de acordo com as suas próprias leis.

Analisar a realidade particular de cada escola torna-se uma tarefa fundamental no processo de planejamento, pois "problemas" semelhantes não são necessariamente identificáveis, ou seja, o mesmo "problema" deve ser pensado de forma diferente, em distintas realidades escolares.

3. A EJA e o problema da evasão

A Educação para Jovens e Adultos (EJA) é uma forma de ensino da rede pública no Brasil, com o objetivo de desenvolver o ensino fundamental e médio com qualidade. Amparada pela lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso, por

algum motivo, ao ensino regular na idade apropriada. Porém são pessoas que têm cultura própria. Sabe-se que o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor necessita, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno, sendo seu perfil de singular relevância para o sucesso da aprendizagem do aluno adulto que vê seu professor como um modelo a seguir.

É preciso que a sociedade compreenda que alunos de EJA vivenciam problemas como preconceito, vergonha, discriminação, críticas dentre tantos outros. E que tais questões são vivenciadas tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade. A EJA é uma educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-lhe reescrever sua história de vida. Sabe-se que educar é muito mais que reunir pessoas numa sala de aula e transmitir-lhes um conteúdo pronto. É papel do professor, especialmente do professor que atua na EJA, compreender melhor o aluno e sua realidade diária. Enfim, é acreditar nas possibilidades do ser humano, buscando seu crescimento pessoal e profissional.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser tratada juntamente com outras políticas públicas e não isoladamente.

Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde. (VIEIRA, 2004, p. 85-86).

Discute-se que a qualidade do ensino está diretamente ligada à preparação do professor, que terá de se capacitar para estar atuando junto às turmas de educação de jovens e adultos tal capacitação deve ser reconhecida e valorizada, uma vez que esta modalidade de ensino acolhe jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar no período certo e a busca do reconhecimento da importância da EJA é acima de tudo compreender que muito se faz erradicar o analfabetismo e não o analfabeto.

Essa iniciativa faz parte das várias pesquisas financiadas pela coordenação Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) até 2009.

Os alunos do EJA são geralmente trabalhadores/as, empregados/as e desempregados/as que não tiveram acesso à cultura letrada, a partir daí começam a surgir alguns problemas referentes à permanência desse aluno em sala de aula.

Sabe-se que o problema da evasão e da repetência escolar no nosso país e até mesmo no nosso município, tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelas redes do ensino público, pois as causas e conseqüências estão ligadas a muitos fatores como social, cultural, político e econômico, como também a escola onde professores têm contribuído a cada dia para o problema se agravar, diante de uma prática didática ultrapassada.

Pode-se começar a analisar a escola desde o convívio do educando e suas relações com os educadores, pois sabemos que a nossa comunidade está inserida em um município carente com poucos recursos, na qual não tem condições de gerar renda e as camadas populares tornam-se ociosas e sem perspectivas de vida.

Um grande número de desistentes em uma escola expõe para toda a comunidade uma série de problemas que o educandário apresenta tais como, falta de verbas para ampliar a precária estrutura lá existente, baixa remuneração do corpo docente e falta de motivação da classe estudantil, e só analisando e entendendo esses problemas é que encontraremos as raízes da evasão escolar, para assim podermos combatê-la de forma eficiente.

4. A importância do planejamento escolar no combate à evasão escolar no ensino noturno

A evasão escolar faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias de hoje, um espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em face disto, as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central a busca pelos motivos reais que ocasionam esse fato.

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a aluno em seu percurso sócio-educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1997:2) é bastante clara a esse respeito. Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A despeito disto, o que se observa é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade. A evasão escolar faz parte dos debates e reflexões no âmbito da educação pública brasileira e que infelizmente, ainda ocupa até os dias de hoje, um espaço de relevância no cenário das políticas públicas e da educação em particular. Em face disto, as discussões acerca da evasão escolar, em parte, têm tomado como ponto central a busca pelos motivos reais que ocasionam esse fato.

No que tange à educação, a legislação brasileira determina a responsabilidade da família e do Estado no dever de orientar a aluno em seu percurso sócio-educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1997, p. 2) é bastante clara a esse respeito. A respeito disto, o que se observa é que, a educação não tem sido plena no que se refere ao alcance de todos os cidadãos, assim como no que se refere à conclusão de todos os níveis de escolaridade.

Analisando a questão do fracasso escolar no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, FREITAG (1980, p. 61) destacou que:

Dos 1000 alunos iniciais de 1960, somente 56 conseguiram alcançar o primeiro ano universitário em 1973. Isso significa taxas de evasão 44% no ano primário, 22% no segundo, 17% no terceiro. A elas se associam taxas de reprovação que entre 1967 e 1971 oscilavam em torno de 63,5%.

Sobre esta questão, porém, numa perspectiva mais recente, LAHÓZ (REVISTA EXAME, 2000) afirma que *de cada 100 crianças que iniciaram os estudos em 1997, só 66 chegarão à oitava série.*

Assim, os dados revelam uma realidade bastante preocupante e que atinge desde todos os níveis escolares, diante deste fato, inúmeras medidas governamentais têm sido tomadas para erradicar a evasão escolar, mas que não têm sido suficientes para garantir a permanência do aluno e a sua promoção na escola.

Essas desigualdades sociais também presentes na sociedade brasileira, segundo ARROYO (1991. p. 21), são resultantes das "diferenças de classe", e são elas que "marcam" o fracasso escolar nas camadas populares, porque:

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais.

Em ampla revisão de literatura nacional e internacional sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau, BRANDÃO (1983, P. 45), citando os estudos de GATTI (1981), ARNS (1978) e FERRARI (1975), explicitam que "os alunos de nível sócio-econômico mais baixo têm um menor índice de rendimento e, de acordo com alguns autores, são mais propensos à evasão".

O estudo desenvolvido por MEKSENAS (1998, p. 98) sobre a evasão escolar dos alunos dos cursos noturnos aponta por sua vez que a evasão escolar destes alunos se dá em virtude de estes serem *"obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário"*. Segundo o autor, essa realidade dos alunos das camadas populares difere da realidade dos alunos da classe dominante porque, com base nas pesquisas realizadas em escolas da França pelos críticos-reprodutivistas ESTABLET-BAUDELLOT, enquanto os filhos da classe dominante têm o tempo para estudar e dedicar-se a outras atividades como dança músicas, línguas estrangeiras, e outras, os filhos da classe dominada mal têm acesso aos cursos noturnos.

Segundo CASTRO (1997. p. 29), a responsabilização do aluno pelo seu fracasso na escola tem como base o pensamento educacional da doutrina liberal a qual fornece argumentos que legitimam e sancionam essa sociedade de classe, e também tenta fazer com que as pessoas acreditem que o único responsável “pelo sucesso ou fracasso social de cada um é o próprio indivíduo e não a organização social”.

5. Considerações

A partir das idéias observadas percebe-se a ausência de um planejamento bem mais aprofundado do calendário escolar e de como esta sendo vista realmente a realidade desses alunos, que trabalhadores que são, procuram através da educação uma qualificação de seus estudos para melhorar sua realidade. Será que a escola esta realmente cumprindo seu papel de dar uma educação de qualidade para todos? Mas que tipo de educação é essa que exclui o trabalhador que necessita trabalhar para sobreviver e estudar para adquirir um pouco mais de dignidade no mundo tão desigual em que eles sobrevivem a cada dia? Deve-se fazer urgentemente algo para mudar essa situação, não se pode ficar acomodado com essa constante que a cada ano letivo se repete, procuremos mudanças, uma adaptação brusca no ensino noturno deve ser feita para priorizar a aprendizagem desses alunos e seu desenvolvimento intelectual enquanto seres pensantes e construtores de opiniões. Através de alguns estudos bibliográficos e de uma pesquisa mais aprofundada em loco, procurarei verificar quais seriam as possíveis e mais viáveis alternativas de intervenção pedagógica que a escola enquanto uma instituição que zela por objetivos educacionais comuns poderia definir entre suas metas.

Referências

- ARROYO, M. **Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- BARROSO, J. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar. In: FERREIRA, N. S. C. (org.) **Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortes, 1998.

BRANDÃO, Maria S.N. O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 64, nº 147, maio/agosto 1983, p. 38-69.

CÂNDIDO, A. Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação. In: PEREIRA, L.; FORACCHI, M. (Org.) **Educação e Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

CASTRO, Paulo C. **Evasão Escolar**, São Paulo, Atlas, 2002.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber. Elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1986.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1980.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação**: uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Cortez, 1992.

PADILHA, R. P. **Planejamento**: Como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.